



SINOPSE SINTIUS

INFORMATIVO DIÁRIO DO SINDICATO DOS URBANITÁRIOS

09/12/2019

Disponível no site <http://www.sintius.org.br>

Receita libera consulta a último lote na 2ª -feira

O último lote de restituição do Imposto de Renda do ano estará disponível para consulta a partir das 9 horas da próxima segunda-feira. Ele contemplará também restituições residuais dos exercícios de 2008 a 2018. O crédito bancário para 320.606 contribuintes será realizado no dia 16.

Fonte: Jornal A Tribuna – 07/12/2019

Governo federal quer frear ações contra INSS

Dificultar o acesso ao Poder Judiciário. Esse é caminho encontrado pelo Governo Federal para reduzir o número de ações contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O Projeto de Lei (PL) 6.160/2019, que está na Câmara dos Deputados para tramitação em caráter de urgência, pretende limitar a concessão de gratuidade na Justiça. De acordo com o texto, assinado pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, somente famílias com renda de até três salários mínimo (R\$ 2.994,00) ou renda mensal por pessoa de meio salário (R\$ 499,00) terão direito a pedir benefícios, revisão de aposentadorias ou questionar negativas do INSS de graça. Os demais terão de arcar com as chamadas custas processuais (valores gastos para a movimentação do Judiciário) e honorários de sucumbência (pagamento do advogado da parte contrária), caso percam as ações judiciais. Atualmente, pelo menos 10% dos benefícios desembolsados pela autarquia são fruto de processos na Justiça. Anualmente, esse gasto representa a quantia de R\$ 92 bilhões. “A gratuidade não deve ser apenas para famílias de baixa renda. Às vezes, a renda não é baixa, mas as custas do processo judicial inviabilizam o acesso e essa questão se trata de direito fundamental do cidadão”, argumenta o advogado e professor da Universidade Santa Cecília (Unisantia) Danilo de Oliveira. A advogada Cláudia Cavallini explica que, atualmente, já existe a cobrança de custas para as pessoas que não têm direito à gratuidade. Em caso de recurso, por exemplo, essa taxa equivale a 1% do valor da causa discutida. Porém, não há nenhuma regra impondo valores fixos para solicitar o atendimento sem desembolso. Com a mudança, ela avalia que haverá limitação. “Hoje não existe valor fixado para ter gratuidade. É algo que se vê caso a caso. Se a pessoa ganhar relativamente bem, mas paga várias pensões, por exemplo, pode ter acesso à gratuidade. Se vier a lei, pode não haver essa possibilidade”.

HISTÓRICO

O Ministério da Economia se espelhou na reforma trabalhista, que entrou em vigor em novembro de 2017 e trouxe medida semelhante. “O Governo percebeu que dificultar gratuidade significa diminuir o número de ações. A constatação veio na reforma”, diz o advogado Cleiton Leal Dias Júnior. Tanto que, um ano depois, essa alteração já apresentava redução do número de questionamentos na Justiça do Trabalho em até 36%, conforme dados do Tribunal Superior do Trabalho (TST). Tudo por conta do receio do trabalhador de arcar com custas e honorários de advogados. “Houve receio inicial dos trabalhadores em ingressarem com ação. Mas muitos magistrados estão revendo a gratuidade, dependendo do caso. Porque, às vezes, a renda pode ser maior do que o estipulado. Entretanto, uma perícia judicial pode custar mais que o salário dele”, diz o advogado Marcelo Markezini.

RECURSO ADMINISTRATIVO

O projeto também reforça a tese de que o segurado precisa, primeiro, fazer o pedido ou recurso administrativo antes de acionar o Poder Judiciário em busca de seus direitos. Porém, muitas vezes, a pessoa passa meses esperando em vão por uma resposta do INSS, sem receber um centavo enquanto aguarda, “O Governo deveria planejar um processo administrativo mais eficiente. Se isso ocorresse, não teríamos tantas ações judiciais”, acrescenta Danilo.

Fonte: Jornal A Tribuna – 09/12/2019

Guedes cobra Marco do Saneamento

O setor de saneamento no Brasil tem despertado o interesse de investidores externos e existem “trilhões” à espera de projetos, que deverão sair do papel assim que for aprovado o novo marco regulatório do setor, atualmente em trâmite no Congresso, segundo o ministro da Economia, Paulo Guedes. “De dez perguntas que me fazem no exterior, sete são sobre saneamento. Existem trilhões esperando projetos no Brasil”, disse Guedes em evento sobre o saneamento no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no Rio de Janeiro. De acordo com o ministro, nos últimos anos o setor de saneamento entrou em colapso no País, enquanto as tarifas públicas do serviço subiam para manter os salários dos funcionários das empresas estatais elevados. Agora, o BNDES estará à frente para mudar essa realidade. “O papel do BNDES é qualitativo; escolher bons projetos e não emprestar para campeão nacional ou para ideologia amiga”, afirmou em referência aos governos anteriores do PT, que tinham entre os seus projetos criar empresas para competir no mercado internacional. “Ou criamos bom ambiente regulatório para os investimentos privados acontecerem ou os brasileiros vão começar morrendo cedo”, disse Guedes.

Fonte: Jornal A Tribuna – 07/12/2019

Proposta de reforma sindical acaba com registro e fiscalização do governo

O governo Jair Bolsonaro prepara uma reforma para que os sindicatos passem a funcionar com a lógica de livre mercado. Pela proposta, o Estado deixaria de ter participação na relação entre empregados e empregadores.

A atuação das entidades passaria a ser fiscalizada pelos próprios associados. Embora a Constituição garanta a liberdade sindical e a livre associação, há uma série de entraves e um trâmite burocrático junto ao Executivo para que uma entidade saia, de fato, do papel. Hoje, é possível que alguns sindicatos atuem informalmente. Entretanto, somente com o registro dado pelo governo o sindicato pode exercer todas as suas funções, como ter o poder de acionar a Justiça, como uma entidade, contra uma empresa ou para defender uma categoria.

Membro da Comissão de Direitos Sociais do Conselho Federal da OAB, o advogado trabalhista Mauro Menezes explicou que o registro é também uma forma de garantir o cumprimento da regra de unicidade sindical.

Esse sistema em vigor atualmente veda a existência de mais de uma organização sindical por categoria profissional em uma localidade — seja município ou municípios, seja estado ou estados, seja em todo o território nacional. “O fato de ter sido eliminado o financiamento obrigatório não elimina a representação única”, afirmou Menezes. O departamento responsável pelo registro sindical chegou a ser abrigado no Ministério da Justiça, de Sergio Moro, mas voltou para o comando do ministro da Economia, Paulo Guedes.

“Não tem sentido o governo tutelar a relação entre quem trabalha e quem emprega nas questões específicas, que são absolutamente distintas em milhares de empresas no Brasil”, disse o secretário especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho. Ao contrário do anunciado no início deste ano, o projeto de reforma sindical do governo deve ser apresentado somente após março de 2020. As mudanças têm de ser feitas por meio de uma PEC (Proposta de Emenda à Constituição), que, para ser aprovada, precisa dos votos favoráveis de dois terços dos congressistas em duas votações na Câmara e mais duas no Senado. O envio do projeto do governo ao Congresso estava previsto para este ano, mas o plano foi adiado. “Pela complexidade do tema”, disse Marinho. Os detalhes estão em discussão entre técnicos da equipe econômica e um grupo de especialistas e juristas.

“Quem quiser fazer um sindicato no futuro não precisará recorrer ao governo. Por outro lado, o sindicato deverá necessariamente ter representatividade e pertinência para existir”, disse o secretário.

Sindicalistas afirmam que não estão participando do debate com o ministério. Por isso, articularam em paralelo o avanço de outra PEC sobre o tema no Congresso. “Nosso objetivo é dar maior liberdade para a organização sindical, retirar o Estado da relação entre empregado e empregador e permitir uma relação mais leve entre trabalhadores e sindicatos”, afirmou o deputado Marcelo Ramos (PL-AM), autor da proposta. A ideia é acelerar a tramitação da proposta, enquanto o time de Bolsonaro ainda finaliza o projeto do Executivo.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 08/12/2019